



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

EXAME

EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 02/2019/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0036.453579/2018-30 – SESAU/RO.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de material de consumo (medicamentos) conforme descritos na SAMS (anexo IV), visando atender as necessidades e demandas do Centro de Atenção Psicossocial Estadual - Caps II Madeira Mamoré, Unidade Ambulatorial vinculada à estrutura da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

Recorrente: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI -

ITEM 04

1. DA ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS DAS EMPRESAS MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI.

A licitante **MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, CNPJ 20.918.668/0001-20, manifestou intenção de recurso para o item 04, colando, dentro do prazo legal, suas razões recursais, como discorreremos abaixo.

Desta forma, tendo sido enviada em tempo hábil, pelo Sistema Comprasnet a manifestação de intenção de recurso da Recorrente, o Pregoeiro à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº. 12.205/2006, recebeu e conheceu a intenção de recurso e posterior do recurso interposto, por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerados TEMPESTIVOS.

Importante pontuar o direito de petição, constitucionalmente resguardado na alínea “a” do inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e ainda os dispositivos da Lei 10.520/02 observado por este Pregoeiro para conceder o prazo para apresentação da peça recursal.

2. DA LITERALIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI.

A Recorrente **MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, impugna sua desclassificação para o item 04, sob as alegações de que, quando da anexação da proposta de peço no sistema, houve um equívoco ao enviar o registro do produto, sem conferir sua validade junto ao site da Anvisa e que no dia da convocação, o registro do item estava com sua numeração válida (validade 6/2019).

Por fim, a recorrente solicita a reavaliação juntamente com a reabilitação da empresa para o item epigrafado.

3. DAS CONTRARAZÕES DE EMPRESA

Não houve contrarrazão

4. DO MÉRITO

De plano, verifica-se que o debate recursal se dá em torno de questões técnicas do item ofertado pela licitante. Considerando que o produto em tela foi devidamente analisado pela Secretaria de Estado da Saúde, quando da fase de aceitação de propostas (5229287), e que em sede recursal houve uma reanálise técnica por parte do órgão de origem (5832445) a qual foi ratificada a recusa de sua proposta, não vislumbro razão para modificar a decisão que recusou a proposta da empresa recorrente. A empresa citou e anexou junto a proposta, registro na Anvisa datado de 23.12.2014 (5197764), e após consulta efetuada pela SESA, quando da análise técnica das propostas, no banco de dados da Anvisa, o mesmo apresentava a seguinte situação: "**cancelada/caducada**". Assim, não há como considerar apto para aceitação que um item sem o devido registro válido na Anvisa, motivo pelo qual a recusa da proposta da licitante para o item recorrido é medida que se impõe.

Noutro norte, é preciso pontuar que a licitante fora convocada para o item 04 no dia 22/03/2019, quando enviou registro cancelado pela Anvisa, e, segundo a alegação da própria recorrente, só teria enviado em 12/04/2019 a suposta numeração correta para o item 04, quando convocada noutro item do certame. Logo, ainda que o registro enviado em 12/04/2019 esteja correto, não haveria como praticar ato para desfazer a recusa da proposta da recorrente no item 04, uma vez que a empresa não teria enviado o registro no tempo própria, o dia da convocação. É de inteira responsabilidade da licitante o envio dos documentos corretos, bem como dos registros, e dentro do prazo estipulado no edital, até porque, o direito não socorre os que cochilam.

Ademais, deve-se ter em mente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, que deve ser considerado quando da aceitação das propostas, conforme Lei Federal N. 8.666/93, Art. 3º, e Decreto Estadual N. 12.205/06, Art. 4º, CAPUT. Além do que, a Jurisprudência do Eminentíssimo Tribunal de Contas da União é remansosa de que tal observação deve ser feita, senão vejamos:

"Observe os princípios da transparência, **do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório e da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração**, conforme regem os arts. 3º, art. 40, VII, art. 41 caput, art. 43, IV, art. 44 § 1º e art. 45 da Lei 8.666/1993" **Acórdão 1286/20070 - Plenário/TCU.**

E ainda:

"Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características em edital, com desrespeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei 8.666/1993" **Acórdão 1060/2009 Sumário.**

E mais decisão do Poder Judiciário:

1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993.(TRF-4 - AG: 501323254201440400005013232-54.2014.404.0000, Relator: Fernando Quadros da Silva, Data de Julgamento: 20/08/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: D.E. 21/08/2014).

A proposta da recorrente, por ausência de registro válido na Anvisa, desatende os termos do Edital e fere a necessária vinculação ao instrumento convocatório. Assim, ancorado nos fatos e nos fundamentos supramencionados, prolato a decisão abaixo:

5. DECISÃO

Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as Razões Recursais, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como visando o objetivo da seleção da proposta mais vantajosa, julga-se pela **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO IMPETRADO PELA LICITANTE MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, no item **04**.

Sob luz do Decreto Estadual n. 12.205/2006, art. 7º, inciso IV, remeto os autos a Autoridade Competente e submeto a presente decisão ao conhecimento e à apreciação da Autoridade Superior, na pessoa do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, podendo ensejar melhor juízo e entendimento.

Porto Velho - RO, 10 de maio de 2019.

JADER CHAPLIN BERNARDO DE OLIVEIRA

Pregoeiro - Equipe DELTA/SUPEL

Mat. 300130075



Documento assinado eletronicamente por **Jader Chaplin Bernardo de Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 10/05/2019, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **5877182** e o código CRC **E99118BE**.

Referência: Caso responda este(a) Exame, indicar expressamente o Processo nº 0036.453579/2018-30

SEI nº 5877182